



Necessidades traduzem-se em oportunidades de internacionalização

Os sectores de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, da construção e da energia não são apenas prioridades de investimento no continente africano: são também oportunidades de internacionalização, sobretudo para as empresas portuguesas. Disso são prova os projectos que estão a ser exportados para África, em particular nos países africanos de língua oficial portuguesa e na região do Magrebe.

Apesar de o continente africano albergar apenas 10 por cento da população mundial, nele vivem 30 por cento dos pobres do mundo. Os números exigem respostas imediatas, e uma das principais soluções para o crescimento económico passa pelo aumento do investimento em infra-estruturas. O abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e as energias figuram no rol das prioridades e das oportunidades.

O ano de 2005 marcou um ponto de viragem na evolução de África. Pela primeira vez desde finais da década de 90, 14 países registaram médias de crescimento acima dos 5 por cento. Além disso, indicadores de desenvolvimento relativos a 2006 (publicados pelo Banco Mundial) mostram que toda a África Subsariana cresceu, em média, 4,3 por cento em 2005. Os indicadores macroeconómicos também melhoraram, com a inflação a descer para níveis históricos e com muitos países a incrementar as suas exportações em mais de 8 por cento ao ano.

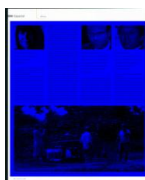
Mas o caminho a percorrer ainda é longo. Gobind Nankani, vice-presidente da região africana no Banco Mundial, já alertou para a necessidade de colmatar a lacuna nas infra-estruturas de energia, água e transportes, o que, traduzido em valores, corresponde a mais de 22 mil milhões de dólares de investimento por ano, durante a próxima década, a realizar pelos sectores público e privado. Cerca de 40 por cento deste montante destina-se ao sector das estradas, enquanto a energia e a água irão absorver 20 por cento cada. Estima-se que mais 18 mil milhões de dólares por ano serão canalizados para a ope-

ração e a manutenção das infra-estruturas.

O continente africano emerge, por isso, como uma nova terra de oportunidades para as empresas que se queiram internacionalizar e operar num mercado com grande potencial de crescimento, facto que não é alheio à estratégia de internacionalização das empresas portuguesas. «O potencial do continente africano para as empresas portuguesas do sector do ambiente é elevado, especialmente nos PALOP e nos países do Magrebe»,

O continente africano emerge como uma nova terra de oportunidades para as empresas que se queiram internacionalizar e operar num mercado com grande potencial de crescimento

observa Afonso Lobato Faria, Director da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ). Ricardo Gomes, administrador da Seth, está de acordo, «sobretudo nos países que possuem riqueza gerada a partir de reservas energéticas», nota o responsável. Uma situação que Afonso Lobato Faria acredita dever-se à existência de um conjunto de investimentos significativos, a par de uma maior consciencialização para as matérias ambientais. O director do ISQ defende ainda que o potencial do mercado ambiental está directamente relacionado com a legislação ambiental exis-



ID: 23185747

01-12-2008



Maria Amélia Pereira:
«Procesl já investiu um milhão de euros em África»

tente, já que, nos últimos anos, se deram passos importantes em matéria legal, nomeadamente em países como Angola ou Argélia.

As maiores valias das empresas portuguesas nos PALOP e nos países do Magrebe relacionam-se com a língua, a proximidade cultural e o facto de Portugal ter realizado, nas últimas décadas, fortes investimentos em infra-estruturas de água, águas residuais e de resíduos sólidos. Neste nível, «o know-how específico das empresas nacionais poderá ser replicável para os mercados africanos», opina Afonso Lobato Faria. Também há vantagens, acrescenta Ricardo

Gomes, no facto de a reduzida dimensão económica do País tornar Portugal «um parceiro não ameaçador mas bem visto por pertencer ao bloco económico europeu». Os maiores problemas advêm da concorrência, argumenta Maria Amélia Pereira, directora de gestão da Procesl. «As empresas portuguesas terão de concorrer com empresas de outros países dos continentes europeu, asiático e americano, que disponibilizam linhas de financiamento e de crédito a vários países de África, e que acabam por ser privilegiadas, compreensivelmente, em diversas áreas de negócio», refere a directora. Por isso, alerta Maria Amélia Pereira, os investimentos em países africanos devem ser abordados tendo em conta o respectivo grau de risco, que é, na generalidade, elevado. Esse risco está associado à reduzida capacidade institucional e ao poder da classe política. «Assim sendo, os empresários e os fornecedores de serviços têm de ser especialmente prudentes na gestão dos cash-flows dos projectos em que se envolvem», explica a responsável da Procesl. Outro dos problemas, prossegue a mesma fonte, são os aspectos logísticos. «Refiro-me especificamente aos países com maior crescimento económico, em que a oferta não consegue responder à procura, nomeadamente no que concerne a deslocações, estadas e alimentação, com a agravante de lhes



Afonso Lobato Faria:
«O potencial do continente africano para as empresas portuguesas do ambiente é elevado, especialmente nos PALOP e nos países do Magrebe»

estarem associados custos de tal ordem elevados, que as principais cidades estão incluídas na lista das mais caras do mundo». Ainda assim, considera Afonso Lobato Faria, os problemas que as empresas portuguesas têm são menores do que os que encontram as empresas de outros países. «A excepção é a França, no caso dos países do Magrebe, dado o maior conhecimento das empresas nacionais sobre as particularidades do funcionamento dos



Ricardo Gomes:
«Em Angola vamos criar uma empresa com parceiros locais e replicar o perfil de negócio da Seth em Portugal»

países referidos», adianta o responsável do ISQ.

A aposta das empresas portuguesas no mercado africano passa sobretudo pelos PALOP e pelo Magrebe. O ISQ tem trabalhado com todos os PALOP, desde há vários anos, e, mais recentemente, com todos os países do Magrebe, sendo que Angola e Argélia constituem os seus principais mercados. Nestes países, o ISQ realiza trabalhos em estudos e no apoio técnico em diversos descritores ambientais, desde a água, o solo, o ar, o ruído, bem como



Em África a oferta não consegue responder à procura; por isso, algumas das cidades mais caras do mundo encontram-se neste território



Depois da guerra em Angola, o esforço de investimento destes últimos seis anos começa a ser visíveis, e atraem as empresas portuguesas

os resíduos, explica Afonso Lobato Faria. Os clientes são de diferentes sectores, mas com particular incidência no sector industrial, e, dentro deste, na chamada fileira de *oil & gas*.

Na mesma linha, a ProceSl tem trabalhos em curso em Angola, na Líbia, na Argélia e em Cabo Verde. Os projectos em desenvolvimento debruçam-se sobre as áreas de infra-estruturas rodoviárias, abastecimento de água, distribuição de energia, saneamento básico, telecomunicações e estudos de ambiente, revela Maria Amélia Pereira. Em fase de apreciação estão algumas propostas para a Namíbia, nomeadamente estudos de impacto ambiental para barragens, revela a responsável ao *Água & Ambiente*. A ProceSl está ainda presente em Moçambique, onde desenvolve estudos na área do planeamento dos recursos hídricos e projectos de infra-estruturas de saneamento e tem também respondido a concursos promovidos pelas instituições financeiras internacionais, que aguardam decisão. «Estes concursos constituem as melhores oportunidades de negócio para empresas de estudos e projectos neste país», nota Maria Amélia Pereira. Com efeito, refere a directora, tratando-se de um país com poucos recursos financeiros, «são parcos os investimentos promovidos através do Orçamento do Estado e de particulares nestas áreas de actividade». Desde que iniciou a sua actividade no continente africano, a ProceSl já investiu cerca de um milhão de euros, avança a responsável. A situação de Angola merece, na opinião de Maria Amélia Pereira, um realce particular, pois o país ficou quase destruído no que respeita a infra-estruturas, durante a

guerra civil de 30 anos, terminada em 2002. «Já são visíveis os sinais de recuperação inerente ao esforço de investimento destes últimos seis anos, mas reconhecidamente ainda há muito trabalho a realizar no âmbito das infra-estruturas de transportes terrestres, aéreas e aeroportuárias, de águas, de saneamento e de resíduos sólidos», nota a mesma fonte. A convecção da directora de gestão parece confirmar-se, tendo em conta dados oficiais da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, disponibilizados no seu sítio da Internet. Recentemente, foram adjudicadas à empresa Condoril obras de reabilitação da ponte sobre o rio Mbridge, na auto-estrada Luanda-Zaire. A construtora vai erguer «uma nova cidade no Huambo», através de

Em Angola ainda há muito trabalho a realizar no âmbito das infra-estruturas de transportes terrestres, aéreas e aeroportuárias, de águas, de saneamento e de resíduos sólidos

um complexo residencial, comercial, turístico e de lazer, numa área de 14 hectares, com um investimento de 430 milhões de dólares. A Monte Adriano e a MCA concluíram a construção da estrada Luanda-Huambo, com uma extensão de mais de 600 km. Destaque também para uma fábrica de aço inox para produzir mobiliário diverso, em Angola, que vai nas-

cer pelas mãos da empresa Arcohotel, e para o investimento de mais de 213 milhões de dólares do grupo empresarial Basecol, na construção de três grandes empreendimentos residenciais na cidade de Luanda. A Portucel, cujo volume de vendas de papel para Angola é considerável, pretende também criar estruturas de distribuição próprias e eficientes, estando em perspectiva a construção de uma fábrica em Luanda.

Para a Seth, os mercados principais são Argélia, Guiné, Angola e Moçambique, passando a filosofia da empresa por ter abordagens diferentes em virtude da dimensão do mercado, explica Ricardo Gomes. «Em Angola vamos criar uma empresa com parceiros locais e replicar o perfil de negócio da Seth em Portugal, pois o mercado tem dimensão a longo prazo», revela a responsável. Já em Moçambique, vinca a mesma fonte, a abordagem é pontual e virada para nichos na área da energia, pois o mercado não tem dimensão para garantir continuidade. 40 por cento do volume de negócios da Seth é assegurado pelos mercados africanos onde a empresa actua, indica Ricardo Gomes. A estratégia para penetrar nestes mercados passa por actuar preferencialmente com parceiros instalados localmente e começar pela principal especialidade da empresa, a engenharia marítimo-portuária, como forma de minimizar os riscos.

A aposta do ISQ na internacionalização traduz-se nos 38 por cento de volume de negócios proveniente do exterior, em 2007. Nos mercados africanos, a estratégia do ISQ centra-se numa presença de longo prazo consubstanciada pela criação de empresas de direito local, avança Afonso Lobato

Faria. «No caso do ambiente, o principal mercado é o angolano, representando cerca de 20 por cento do volume de negócios nesta área», avança o director do ISQ. A ProceSl quer garantir que, em 2011, 25 por cento da sua facturação, aproximadamente 1,5 milhões de euros, seja realizada no mercado africano. Para o efeito, a aposta da empresa recai «na constituição de *joint-ventures* com empresas locais com forte capacidade comercial, e para as quais as competências técnicas e de gestão da ProceSl correspondem a um valor acrescentado e complementar», sustenta Maria Amélia Pereira.

Oportunidades crescem

O apoio técnico na construção e na operação de infra-estruturas, bem como no controlo do impacto ambiental provocado pelos elevados investimentos – não só no sector industrial, mas também no sector agrícola e no turismo –, são vistos por Afonso Lobato Faria como os negócios emergentes no continente africano. Maria Amélia Pereira acredita em que na parte rica do território vai existir, a curto e médio prazo, um crescimento das oportunidades de negócio nas áreas da exploração e distribuição de combustíveis, do imobiliário, da indústria, das infra-estruturas que vão suportar o crescente desenvolvimento, das novas tecnologias e, paralelamente, das áreas sociais de educação, ambiente e saúde. «Também há grande probabilidade de se abrir portas à privatização de serviços que até agora são garantidos pelo governo nacional e pelos governos regionais, sobretudo no âmbito dos sistemas de águas, águas residuais, resíduos sólidos, entre outros», acrescenta a responsável da ProceSl. Na parte pobre de África, o investimento será concentrado nas infra-estruturas para a satisfação das necessidades básicas da população, tais como o acesso à água de boa qualidade, a condições de salubridade compatíveis com a vida humana e a saúde pública, em sintonia com a Declaração do Milénio, adoptada em 2000 por todos os 189 Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, e os “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, entretanto aprovados, prossegue a mesma fonte. Ao negócio do turismo em África, Maria Amélia Pereira reserva um dos papéis de protagonista nos próximos anos: «A médio prazo, prevê-se que o turismo desempenhe um papel com importância significativa na economia destes países e com a valia de responder às tendências actuais de turismo ecológico e ao imaginário colectivo de um continente que tem preservado a vida selvagem e uma grande magia», conclui.



Especial

África

Necessidades traduzem-se
em oportunidades
de internacionalização